

CLIPPING IMPRESSO

11/03/2021



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CEMULHER.....	1 - 3
1.2. ESMAM.....	4
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	5
2.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	6
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	7
3.2. VARA DA MULHER.....	8

Alternativo

Concurso literário Maria Firmina dos Reis premiará trabalhos

PÁGINA 10



LITERATURA

para combater a violência de gênero

Concurso
literário
Maria
Firmina dos
Reis premiará
trabalhos
com temática
de combate
à violência
contra a
mulher;
inscrições
seguem
abertas até
30 de abril;
iniciativa é
do TJMA

Divulgação/ilustração Wal Paixão



O I Concurso Literário Maria Firmina dos Reis vai premiar contos, crônicas e poemas sobre a temática da violência doméstica e familiar contra a mulher com o objetivo de incentivar a produção literária acerca do tema. A iniciativa é da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (Cemulher/TJMA).

As inscrições estão abertas e podem ser feitas até o dia 30 de abril no site do tribunal. Ao todo, serão selecionados 18 finalistas cujos trabalhos constarão em um ebook.

Com prêmios em dinheiro que variam entre R\$ 500,00 e R\$ 2.000,00, o concurso é destinado a poetas, cronistas ou romancistas, profissionais ou não, adultos ou adolescentes, alunos de escolas públicas ou particulares e artistas em geral. Os participantes deverão ser residentes ou domiciliados no Estado do Maranhão.

O certame é dividido nas modalidades contos - uma narrativa ficcional curta, que poderão se estender por, no máximo, cinco laudas; crônicas - narrativas sobre o cotidiano da vida urbana,

Premiação varia
entre R\$ 500
e R\$ 2.000

Categorias foram
divididas por idade
e gêneros literários

com certa dose de humor e linguagem mais coloquial, que deverão conter até três laudas; e poemas - gênero textual dividido em estrofes e versos, rimados ou não, serão escritos em até duas laudas.

Os participantes concorrerão em categorias estabelecidas por idade, conforme o tipo de produção literária inscrita, divididas nas subcategorias adolescentes (a partir de 12 anos completos) e adultos (maiores de 18 anos).

Inscrições

As inscrições deverão ser feitas em banner na página principal

do Tribunal de Justiça do Maranhão. Após preencher a ficha cadastral e enviar os documentos exigidos, cada participante, conforme faixa etária, enviará ao e-mail cemulher@gmail.com, um texto por categoria de produção literária (crônica, conto ou poesia), portanto, o limite será de três textos ao total, se assim desejar.

O texto deverá ser inédito, ou seja, ainda não publicado em qualquer meio impresso ou virtual e encaminhado para o e-mail cemulher@gmail.com e identificado apenas por pseudônimo de escolha do candidato. A lista com as inscrições deferidas estará disponível no site do TJMA no dia 10 de maio.

A Comissão Julgadora do certame é formada pelo presidente da Cemulher/ TJMA e literato, desembargador Cleones Carvalho Cunha; pela juíza assessora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Lidianne Melo de Sousa; e pela membro fundadora da Academia Ludovicense de Letras, Dilercy Aragão.

A ilustração utilizada na identidade visual do concurso é de autoria do designer Wal Paixão cedida ao TJMA.

Homenagem

O concurso é uma homenagem à escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista negra do Brasil. Maria Firmina também foi professora, musicista e a criadora da primeira escola mista do Brasil.

Nascida em São Luís em 11 de março de 1822 – data que hoje é considerada o Dia da Mulher Maranhense em sua homenagem -, a escritora é autora da obra “Úrsula” (1859), primeiro romance publicado por uma mulher negra em toda a América Latina e primeiro romance abolicionista de autoria feminina da língua portuguesa.

Também é autora de “Gupeva” (1861), narrativa de temática indianista publicada em capítulos pela imprensa local; e “A escrava”, de 1887, texto inserido no contexto da abolição do regime escravocrata; entre outras obras●

Serviço

O **quê** Inscrições para o I Concurso Literário Maria Firmina dos Reis **Quando** Até dia 30 de abril **Onde** Site do TJMA



ph@mirante.com.br
@holandaph



Aula Magna de Ayres Britto

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão abrirá oficialmente o ano acadêmico de 2021, no dia 15 de março, com a Aula Magna “O Poder Judiciário como Instância Estatal Decisória Extrema”, a ser ministrada pelo jurista sergipano Carlos Ayres Britto (Ministro do STF de 2003 a 2012). O evento terá transmissão ao vivo pelo canal do Youtube EAD ESMAM. E a programação é aberta ao público, com direito a certificação, mediante inscrição. A solenidade de abertura contará com a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e do diretor da ESMAM, desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos.

Corregedoria da Justiça presta atendimento pelo whatsapp

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJMA) adotou, nesta terça-feira, 10, o uso do aplicativo gratuito de mensagens por celular whatsapp, para comunicação direta do público com os seus setores administrativos. O atendimento foi centralizado no número (98) 3198-4600, do setor de Protocolo, que recebe os expedientes encaminhados à CGJ-MA.

Por meio do aplicativo, qualquer pessoa poderá entrar em contato com a Corregedoria, enviar perguntas e entrar em contato com o setor com o qual deseja falar, enviar texto, áudio ou imagens. De início, a demanda é respondida, automaticamente, quando se tratar de perguntas simples, como informações sobre endereços e contatos de comarcas, serventias extrajudiciais, certidões e setores administrativos. Caso a solicitação necessite de interação humana, será direcionada ao setor competente.

O serviço funciona 24 horas para recebimento de demandas para solicitações sobre informações que puderem ser prestadas pelo atendimento automatizado. E durante o horário comercial – de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h -, para demandas que exijam o auxílio humano.

As demandas de consultas a endereços e telefones de comarcas e serventias, por exemplo, poderão ser respondidas de imediato, a qualquer hora. Já para interagir com algum servidor no setor desejado, somente no horário normal de expediente.

Na terça-feira, o assessor Antony Luso, graduado em Ciências da Computação, ministrou treinamento para cerca de vinte coordenadores setoriais

para o uso do aplicativo, que já está recebendo solicitações do público. Todas as solicitações de atendimento registradas ficarão no histórico virtual do sistema, sob a administração da Assessoria de Informática, e poderá ser utilizado para consulta e levantamento estatístico acerca dos serviços mais demandados.

Segundo o assessor, a iniciativa de disponibilizar o atendimento por whatsapp surgiu dos trabalhos do ToadaLab, do Comitê de Gestão da Inovação do Poder Judiciário, responsável em elaborar e implementar o programa de gestão da inovação na Justiça estadual, que é coordenado pelos juízes André Bogéa e tem como integrante o



juiz Ferdinando Serejo.

A versão comercial do aplicativo whatsapp business foi desenvolvido para atender às necessidades de pequenas em-

presas na comunicação com os clientes, podendo realizar atendimento automático, sem custos para o usuário, e de forma rápida e fácil. (Assessoria (CGJMA))

Bastidores

Coriolano Filho

DIRT 1049-MA

editoria@oprogressonet.com

Olha aí!

Ontem os defensores públicos Clarice Binda e Cosmo Sobral voltaram a ingressar na Justiça com um pedido de decretação de lockdown no Maranhão, apresentando um recurso contra a decisão do juiz Anderson Sobral, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de

São Luís, que negou pedido de novas medidas restritivas no estado. Os defensores destacam o aumento de casos de infectados e mortes por covid no estado. O Coren (Conselho Regional de Enfermagem) também defende a decretação de lockdown.

Obra Direito Eleitoral e Democracia é lançada em homenagem ao desembargador Cleones Cunha

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão e ex-presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Cleones Carvalho Cunha, foi homenageado nesta quarta-feira, 10 de março, com o lançamento do livro intitulado “Direito Eleitoral e Democracia”. O evento por videoconferência foi promovido pelo Regional em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral, transmitido ao vivo pelo canal TRE-MA do Youtube, e o livro poderá ser encontrado nos sites do TJMA e da UFMA. Prestigiaram o evento os ministros Nancy Andrighi e Reynaldo Fonseca, ambos do Superior Tribunal de Justiça; membros e ex-membros da Corte Eleitoral, desembargadores do TJ e de TREs, Associações de Magistrados, juízes de direito e eleitorais, OAB, autoridades do poder executivo municipal, advogados, autores dos artigos, diretor e ex-diretores do Tribunal

Eleitoral e familiares. Iniciando a solenidade, um vídeo produzido pela Escola Superior da Magistratura mostrou um pouco da trajetória jurídica do homenageado. O presidente do TRE, desembargador Joaquim Figueiredo, cedeu a presidência da solenidade para a desembargadora Angela Salazar, vice-presidente e corregedora, como forma de homenagear as mulheres integrantes do poder judiciário em alusão ao dia internacional da mulher comemorado no último dia 8 de março. Para a desembargadora, a obra em homenagem ao desembargador Cleones Cunha tem grande significância porque, além de tratar de matéria de realce para o Estado Democrático de Direito, traduz a liberdade de escolha, assegura o livre arbítrio e o exercício da cidadania. Continuou parabenizando os

organizadores da obra - o juiz federal Roberto Carvalho Veloso; advogado e ex-membro da Corte Eleitoral Eduardo José Leal Moreira; e os professores doutores Marcelo de Carvalho Lima e Márcio Aleandro Correia Teixeira, personalidades conhecidas e expressivas no meio jurídico e social do nosso Estado. Angela Salazar concluiu dizendo que a homenagem é o reconhecimento por parte daqueles que tiveram a oportunidade e satisfação de conviver com o magistrado e, também, da fecundidade de suas reflexões jurídicas, do seu talento como gestor, e de suas atitudes marcadas pelo equilíbrio e da sua imensa generosidade. “Esta justa homenagem traduz admiração, respeito e reflexo do mais lúcido reconhecimento de sua inteligência, amor e dedicação à magistratura e ao direito”.

Thaiza Hortegal é co-autora de lei que ajuda no combate ao feminicídio

No mês dedicado às mulheres e à luta constante contra o feminicídio, a Lei nº 11.354/2020 acrescentou um dispositivo à Lei nº 9.881/2013 que disciplina as nomeações para cargos públicos do Poder Executivo e Poder Legislativo Estadual.

A nova lei foi um esforço conjunto de deputados estaduais, iniciado pelo democrata Neto Evangelista, que apresentou o PL 182/2019 em 11 de abril de 2019. Como discorria da mesma pauta do PL 230/2019 de autoria da deputada Thaiza Hortegal (PP), a proposição foi incluída, tornando a parlamentar co-autora do projeto, aprovado e sancionado em outubro do ano passado.

“Quando apresentei o projeto ampliamos sua abrangência para além do feminicídio, ou seja, além de vedar a nomeação para condenados por crimes previstos na Lei Federal nº 11.340/2006, veda os condenados por crimes de pedofilia e homofobia. A lei está em vigor e cabe a todos os órgãos competentes garantir a aplicabilidade dela, pois tem sido alarmante o crescente dado de violência doméstica neste período



A deputada Thaiza Hortegal defende combate ao feminicídio na Assembleia Legislativa

de pandemia e isolamento”, destacou Dra. Thaiza. O deputado Neto Evangelista destacou que em 2020 os casos de violência contra mulher aumentaram 165%, segundo dados da SSP/MA. “É importante que saibam que está em vigor a lei em que o

homem condenado pela Lei Maria da Penha ou condenado por feminicídio, enquanto perdurar a sua condenação, ele não pode ser nomeado seja em cargo comissionado ou efetivo em todo o território do Maranhão, seja município ou pelo estado”, destacou o democrata.